

## SÍNTESE POLÍTICA

### O ÚLTIMO TRIMESTRE DE 1965

- *Acontecimentos políticos de intensa significação assinalaram o último trimestre de 1965. A campanha que precedeu as eleições em onze Estados; o resultado das urnas de 3 de outubro; a volta ao Brasil do ex-presidente JUSCELINO KUBITSCHEK; o Ato Institucional n.º 2; a posse do senhor NEGRÃO DE LIMA no Governo da Guanabara — todos esses eventos correspondem a momentos de exacerbação do problema político, reveladores de crise que chegou a atingir aspectos de grande dramaticidade. Cabe registrar, ainda, o esvaziamento das principais lideranças políticas civis, já bastante accentuado no fim do período.*

UMA nota positiva a assinalar, desde logo, ao apreciar-se o último trimestre de 1965, sob o aspecto político, é que, em meio a tantas paixões desencadeadas, a vida econômica do país não deu mostras de ter sofrido maiores abalos. Em verdade, não houve nervosismo em estocagem de gêneros, saques de dinheiro, compra de dólares e paralisação de negócios, tão característicos da ascensão da febre política em outras épocas. E isto há de ser creditado ao Governo, que deu mostras de inspirar confiança ao país, em meio a tantas dificuldades.

A campanha eleitoral nos onze Estados processou-se dentro de esquemas que se poderiam chamar de tradicionais em pleitos semelhantes: PSD e PTB uniram-se nos dois colégios eleitorais de maior significação política (Minas e Guanabara), após haver o Governo, em manobras em que se envolveu a fundo, afastado candidaturas que se afiguravam incompatíveis com os propósitos da Revolução; nos demais Estados, as contingências locais predominaram sobre as motivações políticas nacionais, esvaziando o pleito de maior expressão sob esse aspecto (excetue-se Goiás,

## SINTESE POLITICA

em que a Revolução accitou travar, nas urnas, batalha campal).

Na fase que antecedeu, imediatamente, o 3 de outubro, os Governadores MAGALHÃES LINTO e CARLOS LACERDA — em cujos domínios se travaram os pleitos de maior importancia — julgaram de boa rentabilidade política atacar o Governo Central, rebeldando-se contra as diretrizes economico-financeiras adotadas e chegando mesmo, o segundo, a pesadas imputações ao Presidente CASTELO BRANCO. Na Guanabara, o Sr. CARLOS LACERDA assumiu pessoalmente o comando da campanha, imprimindo-lhe as marcas de seu temperamento e relegando o candidato FLEXA RIBEIRO a um segundo plano, que o descaracterizava como futuro chefe de Governo Estadual.

Afinal, realizaram-se as eleições, em boa ordem, em todo o país. Os resultados nos dois mais importantes Estados confirmaram as previsões dos que raciocinavam em termos de política antiga: em Minas, sem cisão no PSD, venceu ISRAEL PINHEIRO; na Guanabara, o Lacerdismo melhorou sua percentagem no eleitorado, mas não o suficiente para vencer, em face da impressionante polarização dos adversários do Governador em torno de NEGRÃO DE LIMA, alvo dos ataques diretos de CARLOS LACERDA, com abandono total dos outros candidatos, inclusive AURÉLIO VIANA, que buscou tornar-se o símbolo da anti-revolução em bases ideológicas. Em Goiás, área de grande sensibilidade para a Revolução, e no Pará, também com governador revolucionário, venceram os candidatos situacionistas; em Santa Catarina,

no Paraná, na Paraíba, em Alagoas, no Rio Grande do Norte, no Maranhão, e mesmo em Mato Grosso, o pleito não pareceu revestir-se de qualquer significado maior, motivando os eleitores apenas as questões locais.

Do ponto-de-vista do Governo Revolucionário, que havia convocado eleições diretas, como início de redemocratização gradativa, os resultados seriam plenamente aceitáveis, não fora uma conjugação de fatores que passaram a emprestar-lhes colorido fundamentalmente diverso: a intensa e violenta campanha lançada por alguns líderes políticos e militares contra a posse dos eleitos, no que eram acompanhados à distância, com timidez, mas não menos desejo, pelo Governador de Minas Gerais; a volta de KURITSCHER ao país, a ostentar sorrisos de quem vinha passar revista às tropas vitoriosas; a insatisfação da jovem oficialidade, e alguns coronéis que se intitulavam "linha dura", diante da volta iminente "de tudo que era e estava", como se dizia; os pronunciamentos apaixonados, e pouco condizentes com o cargo, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, a que se seguiram as respostas do Ministro da Guerra; e, sobretudo, uma generalizada e sincera preocupação de todos os responsáveis pela Revolução, militares e civis, com a segurança do prosseguimento do processo revolucionário, vale dizer, com a eleição do continuador do Marechal CASTELO BRANCO.

Tôda essas circunstâncias, acrescidas da impressão de que o Presidente perdera o comando dos acontecimentos, convidava à volta

ao clima de paixão e estimulava os radicais, que passaram a exhibir-se com grande eficiência em boatos de "guerra psicológica" e manifestos apócrifos.

O Governo deve ter sentido, desde logo, a necessidade de tomar a ofensiva. Convocou o Embaixador do Brasil junto à Casa Branca, General JURACY MAGALHÃES, para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Chegado ao país e empossado, JURACY MAGALHÃES passou a desempenhar intensa atividade, ao mesmo tempo que crescia a tensão. O Governo submeteu ao Congresso um projeto de reforma constitucional que, basicamente, pedia poderes para confinar os casados e retirar-lhes foro especial, com vista ao caso KUBITSCHK, mas, ao que parece, desinteressou-se de sua aprovação; é que estava em elaboração a retomada dos poderes institucionais, a ser consubstanciada num documento que se denominou Ato Institucional n.º 2. Esse Ato, cuja análise é feita no editorial deste número, paradoxalmente satisfaz aos radicais, que vêem uma vitória, com a volta à fase punitiva; aos moderados, que se reservaram a sua aplicação, e à própria oposição, que o julgava um meio de assegurar a posse aos eleitos.

Realmente — e talvez seja este seu mérito — o AI-2 diminuiu o clima de tensão política, criando

novo ambiente de expectativa: isto, porém, à custa de dura violentação da ordem jurídica, da supressão de liberdades e garantias individuais, inclusive de juizes, da hipertrofia do Executivo, autorizado a fazer leis, da independência do Judiciário, e da implantação da confusão político-partidária. A rigor, e a ser admitido como imprescindível, deveria ter sido o instrumento da institucionalização política da Revolução, mas parece ter faltado inspiração a seus redatores.

Ao AI-2, seguiram-se, como fatos significativos, o fechamento e dissolução da Líder — sociedade que se dizia instrumento da "linha dura" militar; a posse do Sr. NEGRÃO LIMA no Governo da Guanabara (contra a qual se brandiu um manifesto irreverente, mas solitário, de um representante da mesma "linha dura"); a tentativa de enquadramento do Governador NEGRÃO DE LIMA, afinal rejeitada, unânimemente, pelo S.T.M., e a reforma ministerial em processamento.

F. o trimestre se encerra, e com êle o ano, com o apequenamento dos chamados grandes líderes civis da Revolução — MAGALHÃES PINTO, CARLOS LACERDA e ADHEMAR DE BARROS — e um grande vácuo de liderança política no campo civil, a ser preenchido, com urgência, pelos partidos ainda por se organizarem.